ISSN: 2358-8829

ENTRE ESTUDAR E TRABALHAR: A REALIDADE DE ESTUDANTES DO 9º ANO DA REDE MUNICIPAL DE RAPOSA

Hellen José Daiane Alves Reis[1]
Bruna Soares Vieira Gonçalves[2]
Lídia Barbosa Pereira dos Santos[3]

INTRODUÇÃO

A conclusão do Ensino Fundamental representa, para muitos adolescentes brasileiros, um momento de definição de trajetórias. Ao final do 9º ano, as decisões sobre a continuidade dos estudos passam a se entrelaçar com as demandas do trabalho, seja ele remunerado ou doméstico, sobretudo em contextos marcados pela vulnerabilidade social. Embora a Constituição Federal proíba qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze (Brasil, 1988), e o Estatuto da Criança e do Adolescente assegure o direito à educação e a proteção no trabalho (Brasil, 1990), a experiência laboral segue presente no cotidiano de parte dos adolescentes, disputando com a escola o tempo, a energia e as expectativas de futuro.

No município de Raposa, na Região Metropolitana de São Luís, Maranhão, compreender como os estudantes que concluem o Ensino Fundamental organizam suas rotinas e projetam a continuidade da escolarização é condição para que a rede municipal planeje ações de permanência escolar e de transição para o Ensino Médio. Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar como estudantes do 9º ano da rede municipal de Raposa – MA articulam suas rotinas de estudo e trabalho, identificando como essas práticas se relacionam com processos de permanência escolar, situações de vulnerabilidade social e desigualdades educacionais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, interpretou dados produzidos por meio de um questionário estruturado aplicado no segundo semestre de 2025 a 233 estudantes. Os resultados mostram que o desejo de continuar estudando é majoritário, mas convive com a expectativa de trabalhar, com

[1] Mestra em Ensino de Ciências e Matemática, Secretaria Municipal de Educação de Raposa, Maranhão, hellendaianereis@gmail.com;
[2] Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - UFMA, brusoaresvieira@gmail.com;
[3] Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - UFMA, lidi.pereira819@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

uma carga expressiva de trabalho doméstico marcada por diferenças de gênero e com fragilidades nas trajetórias escolares.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para Bourdieu e Passeron (2008), o sistema de ensino tende a reproduzir as desigualdades de origem ao tratar como iguais estudantes que chegam à escola com condições materiais e culturais distintas. O conceito de capital cultural, em seus estados incorporado, objetivado e institucionalizado (Bourdieu, 1998), ajuda a compreender por que a escolaridade dos pais, a disponibilidade de bens como livros e computadores e a existência de um espaço adequado para estudar repercutem nas trajetórias escolares dos filhos.

Ao mesmo tempo, os estudantes não são sujeitos passivos dessas determinações. Dayrell (2007) argumenta que a condição juvenil contemporânea é vivida de forma plural e que a escola precisa reconhecer os jovens como sujeitos que trazem para o espaço escolar experiências construídas em outras esferas, entre elas o trabalho. Na mesma direção, Arroyo (2012) chama atenção para os "outros sujeitos" que passaram a ocupar a escola pública, oriundos das classes populares, cujas vivências de trabalho, pobreza e desigualdade interpelam as pedagogias tradicionais.

A noção de vulnerabilidade social também orienta esta análise. Castel (1998) a compreende como uma zona intermediária, instável, que combina a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. Abramovay et al. (2002) aplicam o conceito às juventudes latino-americanas, destacando que a vulnerabilidade resulta do descompasso entre os recursos de que os jovens dispõem e as oportunidades oferecidas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. Para adolescentes de famílias de baixa renda, o trabalho precoce é frequentemente uma estratégia de sobrevivência familiar que, contudo, reduz o tempo disponível para a escolarização.

Por fim, as desigualdades educacionais não se distribuem de forma neutra. Soares e Alves (2003) demonstram que a cor ou raça permanece associada ao desempenho escolar no Brasil, mesmo quando controlado o nível socioeconômico. Hirata e Kergoat (2007), por sua vez, mostram como a divisão sexual do trabalho atribui prioritariamente às mulheres o trabalho doméstico e de cuidado, padrão que se manifesta já na adolescência e afeta, de maneira diferenciada, o tempo de meninos e meninas.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório (Gil, 2008), fundamentada na interpretação de dados produzidos por meio de um questionário estruturado. O instrumento foi adaptado do questionário contextual do estudante do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e aplicado em formato on-line, durante o segundo semestre do ano letivo de 2025, com estudantes do 9º ano da rede municipal de Raposa – MA.

Participaram 233 estudantes de cinco unidades escolares que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental, identificadas por letras para preservar o anonimato: Escola A (37,3%), Escola B (23,6%), Escola C (18,0%), Escola D (18,0%) e Escola E (3,0%). O questionário abrangeu o perfil socioeconômico e familiar, as condições de moradia, a trajetória escolar, o uso do tempo fora da escola, a percepção sobre as práticas docentes e as intenções após a conclusão do Ensino Fundamental. As respostas foram anônimas, e a participação ocorreu mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação e consentimento dos responsáveis.

Os dados foram organizados em frequências relativas e em cruzamentos entre variáveis, como sexo, trabalho fora de casa, reprovação e intenções futuras. A interpretação foi organizada em três categorias analíticas definidas a partir do objetivo do estudo: permanência escolar, vulnerabilidade social e desigualdades educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grupo pesquisado é composto por 50,2% de estudantes do sexo masculino e 48,9% do sexo feminino, com idade predominante entre 14 e 15 anos (93,5%). Quanto à cor ou raça, 62,7% se declararam pardos e 16,3% pretos, totalizando 79,0% de estudantes negros. A maioria (75,5%) estudou somente em escola pública desde o 1º ano.

Vulnerabilidade social e uso do tempo

As condições materiais revelam limites ao estudo em casa: 70,4% dos estudantes não possuem computador ou notebook na residência e 25,8% não dispõem de mesa para estudar, embora 95,3% tenham acesso à rede wi-fi. Apenas 8,2% das mães e 1,7% dos pais possuem Ensino Superior completo, e 22,3% dos estudantes não souberam informar a escolaridade do pai. Na perspectiva de Bourdieu (1998), trata-se de uma baixa disponibilidade de capital cultural objetivado e institucionalizado no ambiente familiar. A Tabela 1 apresenta como os estudantes distribuem o tempo fora da escola em dias de aula.

ISSN: 2358-8829

Tabela 1 – Uso do tempo fora da escola em dias de aula (n = 233)

Atividade	Não uso meu tempo para isso	Menos de 1 hora	Mais de 2 horas
Estudar (lição de casa, trabalhos)	6,4%	61,4%	32,2%
Cursos ou atividades extracurriculares	55,4%	27,0%	17,6%
Trabalhar em casa (tarefas domésticas, cuidado)	8,2%	49,8%	42,1%
Trabalhar fora de casa	82,0%	7,3%	10,7%
Lazer (TV, internet, música etc.)	2,6%	25,8%	71,7%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O trabalho fora de casa, remunerado ou não, faz parte da rotina de 18,0% dos estudantes (42 adolescentes), sendo que 10,7% dedicam a ele mais de duas horas diárias em dias de aula, em uma faixa etária na qual o trabalho só é admitido na condição de aprendiz (Brasil, 1988). Já o trabalho doméstico atinge 91,8% do grupo, e 42,1% dedicam mais de duas horas por dia a essas tarefas, carga superior à destinada ao estudo, já que 61,4% estudam menos de uma hora diária fora da escola. Entre os que trabalham fora de casa, a proporção dos que estudam mais de duas horas cai para 23,8%, contra 34,0% entre os que não trabalham, o que sugere a disputa pelo tempo apontada por Abramovay et al. (2002) como expressão da vulnerabilidade.

Os dados também evidenciam a divisão sexual do trabalho. Entre os 42 estudantes que trabalham fora de casa, 78,6% são meninos, o que corresponde a 28,2% dos estudantes do sexo masculino, contra 7,9% das meninas. No trabalho doméstico, a relação se inverte: 50,0% das meninas dedicam mais de duas horas diárias a essas tarefas, contra 34,2% dos meninos, e apenas 2,6% delas afirmam não realizá-las, contra 13,7% deles. Como discutem Hirata e Kergoat (2007), o trabalho de cuidado tende a recair sobre as mulheres, o que, na adolescência, se traduz em uma jornada invisível que concorre com o estudo.

Permanência escolar

Quanto às intenções após o Ensino Fundamental, 68,7% dos estudantes pretendem continuar estudando e trabalhar, 24,5% pretendem somente continuar estudando, 5,2% ainda não sabem e 1,7% pretendem somente trabalhar. Assim, 93,1% desejam seguir estudando, o que indica que a escola mantém lugar importante nos projetos de futuro desses jovens, ainda que associada à necessidade de trabalhar. Entre os que já trabalham fora de casa, a intenção de conciliar estudo e trabalho chega a 78,6%, e apenas 11,9% pretendem somente estudar, contra 27,2% entre os que não trabalham. Esse resultado dialoga com Dayrell (2007), para quem a experiência do trabalho integra a condição juvenil das camadas populares e precisa ser considerada pela escola.

ISSN: 2358-8829

A rede de apoio à permanência aparece de forma positiva: 94,8% dos estudantes afirmam que os responsáveis sempre ou quase sempre os incentivam a comparecer às aulas e 87,6%, a estudar; 97,0% concordam que os professores os motivam a continuar os estudos; e 88,8% relatam que todos ou a maior parte dos docentes abordam questões ligadas ao futuro profissional. O abandono escolar foi relatado por apenas 2,6% dos participantes. O vínculo com a escola está preservado; o desafio da permanência se desloca para a transição ao Ensino Médio, quando o trabalho tende a ganhar espaço.

Desigualdades educacionais

As desigualdades se expressam nas trajetórias escolares. Entre os participantes, 8,6% já foram reprovados pelo menos uma vez, e 6,4% têm 16 anos ou mais, o que indica distorção idade-série. Entre os estudantes reprovados, apenas 5,0% pretendem somente continuar estudando, contra 26,3% dos que nunca foram reprovados, e 15,0% ainda não sabem o que farão, contra 4,2% dos demais. A reprovação, portanto, parece associada a projetos de futuro mais incertos e mais atravessados pelo trabalho, confirmando o argumento de Bourdieu e Passeron (2008) de que o sistema escolar tende a converter desigualdades sociais em diferenças de percurso.

As diferenças entre as escolas reforçam essa leitura. A intenção de somente continuar estudando varia de 36,8% na Escola A a 7,1% na Escola D, enquanto a de conciliar estudo e trabalho varia de 58,6% a 83,3% nas mesmas unidades. Somada ao predomínio de estudantes negros no grupo, essa variação sugere que as oportunidades educacionais também se distribuem de forma desigual dentro da própria rede, em consonância com o que Soares e Alves (2003) identificam em escala nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade entre estudar e trabalhar dos estudantes do 9º ano de Raposa – MA é atravessada por desigualdades que influenciam suas oportunidades educacionais. O desejo de continuar estudando é quase unânime, mas, para a maioria, vem acompanhado da expectativa de trabalhar. O trabalho fora de casa já faz parte da rotina de quase um em cada cinco estudantes, sobretudo meninos, e o trabalho doméstico, especialmente das meninas, concorre com o tempo de estudo.

A permanência escolar, embora desejada, depende de ações que enfrentem a vulnerabilidade social, ampliem o tempo de estudo, fortaleçam o apoio pedagógico aos estudantes com histórico de reprovação e garantam condições para que construam trajetórias

educativas mais estáveis. Entre as possibilidades, destacam-se a oferta de tempo e espaço de estudo na própria escola, a orientação sobre a transição para o Ensino Médio e o diálogo com as famílias sobre a divisão das tarefas domésticas e os direitos dos adolescentes em relação ao trabalho.

Como limite, a pesquisa baseia-se em dados autodeclarados de um único ano letivo. Recomenda-se que estudos futuros acompanhem esses estudantes no Ensino Médio e incorporem entrevistas e grupos focais para aprofundar os sentidos que atribuem ao estudo e ao trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 71-79.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DAYRELL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 147-165, jan./jun. 2003.